

# EIA

Estudo de Impacto Ambiental

3 Legislação Aplicável

LT 525 kV AREIA·JOINVILLE SUL

Outubro, 2019



NEOENERGIA



## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3-1
<b>3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....</b>	<b>3-1</b>
3.1 DIRETRIZES DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL .....	3-1
3.2 PROCEDIMENTOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	3-3
3.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO .....	3-5
3.3.1 <i>Política e licenciamento ambiental</i> .....	3-5
3.3.2 <i>Uso e Ocupação do solo</i> .....	3-10
3.3.3 <i>Áreas Ambientalmente Protegidas e Compensação Ambiental</i> .....	3-11
3.3.4 <i>Conservação de fauna e flora</i> .....	3-15
3.3.5 <i>Recursos hídricos superficiais e subterrâneos</i> .....	3-18
3.3.6 <i>Emissões Atmosféricas</i> .....	3-19
3.3.7 <i>Ruídos</i> .....	3-20
3.3.8 <i>Poluição do solo e Efluentes Líquidos</i> .....	3-20
3.3.9 <i>Resíduos Sólidos</i> .....	3-21
3.3.10 <i>Saúde Pública e dos Trabalhadores, Saneamento Ambiental e Segurança do Trabalho</i> .....	3-22
3.3.11 <i>Territórios Tradicionais e outras Comunidades</i> .....	3-23
3.3.12 <i>Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico e Arqueológico</i> .....	3-23
3.3.13 <i>Legislação Municipal</i> .....	3-24
3.4 A LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO .....	3-29

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.4-1: LEGISLAÇÃO DE POLÍTICA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-5
QUADRO 3.3-2: LEGISLAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-10
QUADRO 3.3-3: LEGISLAÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE PROTEGIDAS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-11
QUADRO 3.3-4: LEGISLAÇÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-14
QUADRO 3.3-5: LEGISLAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-15
QUADRO 3.3-6: LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-18
QUADRO 3.3-7: LEGISLAÇÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-19
QUADRO 3.3-8: LEGISLAÇÃO DE RUÍDOS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-20
QUADRO 3.3-9: LEGISLAÇÃO DE POLUIÇÃO DO SOLO E EFLUENTES LÍQUIDOS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-20
QUADRO 3.3-10: LEGISLAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-21
QUADRO 3.3-11: LEGISLAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA E DOS TRABALHADORES, SANEAMENTO AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-22
QUADRO 3.3-12: LEGISLAÇÃO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E OUTRAS COMUNIDADES APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. .....	3-23
QUADRO 3.3-13: LEGISLAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL, ARTÍSTICO, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO.....	3-23
QUADRO 3.3-14: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-24
QUADRO 3.4-1: LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO. ....	3-29

### 3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Capítulo apresenta uma descrição da legislação ambiental e técnica aplicável ao projeto de construção da LT 525 kV Areia - Joinville Sul, que tem por finalidade subsidiar o órgão ambiental competente no processo de licenciamento ambiental e o empreendedor em suas tomadas de decisão por meio de um referencial básico que ajude na compreensão do meio ambiente e dos objetivos desse EIA, bem como os aspectos jurídicos relacionados às fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento.

Há de se considerar que os estudos socioambientais devem recair sobre todo o conjunto de intervenções pretendidas, locais e regionais, diretas e indiretas, que apresentem conexão com as ações apontadas nos projetos de engenharia. Nesse sentido, todas as normas ambientais e técnicas que direta ou indiretamente sejam aplicáveis devem ser observadas e cumpridas.

Com a publicação da Lei nº 6.938/81, que, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Brasil começou a incluir a variável ambiental nas tomadas de decisão concernentes aos empreendimentos ou atividades que utilizam recursos naturais. Este processo vem se intensificando e o arcabouço legal brasileiro, em termos de normas ambientais, tem demandado cada vez mais a institucionalização do desenvolvimento sustentável nas diferentes organizações, governamentais ou não.

A implantação de empreendimentos em cumprimento a estas normas, desenvolvendo iniciativas capazes de mitigar os impactos ambientais negativos, é a condição essencial para uma gestão estratégica eficiente dos recursos naturais. Neste contexto, apresentam-se na sequência os principais requisitos legais que regulam o processo de licenciamento ambiental de implantação de projetos na área de energia nas esferas federal, estadual e municipal.

#### 3.1 Diretrizes do Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou que degrade o meio ambiente. A obrigação de licenciar é compartilhada pelos órgãos estaduais de meio ambiente e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como partes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). O IBAMA atua, principalmente, no licenciamento de grandes projetos de infraestrutura que envolvam impactos em mais de um estado e nas atividades do setor de petróleo e gás na plataforma continental.

As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei nº 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicada a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre as competências estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento.

A Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em seu Art. 10º, define que *“A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigíveis”*.

Considerando-se ainda o Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015, que dispõe a tipologia de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União, define em seu Art. 3º, parágrafo 3º, que os empreendimentos serão licenciados pelo órgão ambiental federal *“quando caracterizadas situações que comprometam a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, reconhecidas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, ou a necessidade de sistemas de transmissão de energia elétrica associados a empreendimentos estratégicos, indicada pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE”*.

Por fim, cabe destacar a Portaria MMA nº 421/2011 que dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. No seu Art. 3º ele define que o licenciamento poderá ocorrer de duas formas: Relatório Ambiental Simplificado (RAS) – processo simplificado ou Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - processo ordinário.

Considerando as características da região onde deverá ser instalada a Linha de Transmissão (LT), se faz necessário o procedimento ordinário de licenciamento ambiental, conforme estabelecido no Inciso V do Art. 5º da Portaria MMA nº 421/2011:

*“Art. 5º O procedimento de licenciamento ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica enquadrados, independentemente da tensão, como de pequeno potencial de impacto ambiental será simplificado quando a área da subestação ou faixa de servidão administrativa da linha de transmissão não implicar simultaneamente em:*

*I - remoção de população que implique na inviabilização da comunidade e/ou sua completa remoção;*

*II - afetação de unidades de conservação de proteção integral;*

*III - localização em sítios de: reprodução e descanso identificados nas rotas de aves migratórias; endemismo restrito e espécies ameaçadas de extinção reconhecidas oficialmente;*

*IV - intervenção em terra indígena;*

*V - intervenção em território quilombola;*

*VI - intervenção física em cavidades naturais subterrâneas pela implantação de torres ou subestações;*

*VII - supressão de vegetação nativa arbórea acima de 30% a área total da faixa de servidão definida pela Declaração de Utilidade Pública ou de acordo com a NBR 5422 e suas atualizações, conforme o caso; e*

*VIII - extensão superior a 750 km.*

*Parágrafo único. Serão consideradas de pequeno potencial de impacto ambiental, as linhas de transmissão implantadas ao longo da faixa de domínio de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão e outros empreendimentos lineares pré-existentes, ainda que situadas em terras indígenas, em territórios quilombolas ou em unidades de conservação de uso sustentável.”*

## 3.2 Procedimentos do Licenciamento Ambiental

O IBAMA vem realizando esforços na qualificação, organização e automação dos procedimentos de licenciamento ambiental e, para tanto, disponibiliza aos empreendedores módulos eletrônicos de trabalho, e ao público, em geral, inúmeras informações sobre as características dos empreendimentos, bem como a situação do andamento dos processos.

Pretende-se que o sistema informatizado agilize os trabalhos e a comunicação inerentes ao processo de licenciamento e permita maior visibilidade e transparência aos processos de licenciamento em tramitação.

A solicitação de abertura de processo com o objetivo de licenciar ou regularizar empreendimentos junto ao IBAMA deverá ser feita, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico dos *Serviços Online* (Serviços - Licenciamento Ambiental Federal).

A Resolução de nº 237, de 19 de dezembro de 1997, foi criada com o objetivo de revisar os procedimentos e regular os aspectos, de forma a propiciar uma efetiva utilização do instrumento do licenciamento ambiental como forma para uma gestão ambiental otimizada, buscando um desenvolvimento de forma sustentável e contínua, inclusive, estabelecendo critérios para delimitação das competências, em todas as esferas da Federação.

Antes de iniciar o processo de Licenciamento Ambiental, o empreendedor deverá se inscrever no Cadastro Técnico Federal (CTF) e declarar atividade exercida relacionada aos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, em consonância com o Anexo da Resolução CONAMA nº 237/97.

Vale esclarecer que, apesar de constar na Resolução CONAMA nº 237/97 em seu Art. 10, parágrafo 1º, que “*No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.*”, assim como é disposto pela Instrução Normativa (IN) nº 184 IBAMA, de 17 de julho de 2008, em seu Art. 25 que “*a emissão da Licença Prévia será emitida mediante apresentação, quando couber, da*

*Certidão Municipal, a qual declara que o local de instalação do empreendimento está em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo ou documento similar”, destaca-se que tais fatores são impeditivos tão somente para a emissão da licença ambiental, mas não obstam a análise do EIA/RIMA, que pode ser realizada pelo órgão licenciador competente mesmo sem a apresentação das certidões de uso do solo.*

Na fase inicial do licenciamento (apresentação de um projeto novo), o empreendedor deverá se cadastrar como gerenciador de projetos, indicando a tipologia da sua atividade. Após receber a Licença de Operação (LO), o empreendedor deverá alterar sua categoria para a sua atividade fim. Quem possui empreendimento em operação e em fase inicial de licenciamento, simultaneamente, precisa informar as duas atividades.

Emitido o Certificado de Regularidade (CR), o empreendedor está apto a entrar no campo *Serviços On-line – Login - Serviços - Licenciamento Ambiental Federal* e solicitar a abertura de um processo de licenciamento ambiental federal. Então, ele preencherá um formulário eletrônico - Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) contendo informações básicas sobre o empreendimento. Essas informações são necessárias para que o Ibama avalie a competência para o licenciamento frente às normas legais existentes e o tipo e a abrangência do estudo ambiental que subsidiará o licenciamento do empreendimento.

A norma que regula a competência para o licenciamento ambiental é a Lei Complementar nº 140/2011. Esta Lei estabeleceu que cabe à União promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em áreas de proteção ambiental (APA);
- localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais estados;
- de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;
- destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); ou
- que atendam à tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do CONAMA e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental é um serviço prestado pelo IBAMA ao empreendedor e, assim sendo, o mesmo cobra pelos procedimentos executados e vinculados as análises dos mesmos.

### 3.3 Legislação Ambiental Aplicável ao Empreendimento

Os empreendimentos de transmissão de energia do porte da futura LT 500 kV Areia - Joinville Sul desencadeiam diversas situações que devem ser analisadas e equacionadas à luz da legislação pertinente, em níveis federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, procedeu-se um levantamento dos principais requisitos legais, tais como: leis, decretos, resoluções, instruções normativas e portarias, e procurou-se selecionar os textos que realmente têm uma aplicação direta e imediata em empreendimentos dessa natureza. Nessa pesquisa, deu-se ênfase especial às exigências de ordem constitucional, às preocupações com a proteção ao meio ambiente e às necessidades associadas ao licenciamento ambiental.

Os tópicos abaixo seguem separados por meio de quadros, identificando a legislação quanto à esfera (federal, estadual ou municipal), instrumento (número da legislação), data do instrumento e breve explicação sobre a legislação. Os tópicos estão apresentados de acordo com a tema abordado.

#### 3.3.1 Política e licenciamento ambiental

Quadro 3.3-1: Legislação de política e licenciamento ambiental aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	NR 09	06/07/1978	Restabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).
Federal	Lei nº 6.938	31/08/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Federal	Lei nº 7.347	24/07/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
Federal	Resolução CONAMA nº 001	23/01/1986	Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da PNMA.
Federal	Resolução CONAMA nº 006	24/01/1986	Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento.
Federal	Resolução CONAMA nº 009	03/12/1987	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.
Federal	Resolução CONAMA nº 001	13/06/1988	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental.
Federal	Lei nº 7.797	10/07/1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
Federal	Lei nº 7.804	18/07/1989	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.



ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução CONAMA nº 008/1990	06/12/1990	Dispõe sobre o estabelecimento de limites máximos de emissão de poluentes no ar para processos de combustão externa de fontes fixas de poluição.
Federal	Portaria nº 337	22/04/1994	Institui o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (SINTREL) e define as diversas competências dos órgãos a ele associados.
Federal	Resolução CONAMA nº 4	4/05/1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado de Santa Catarina.
Federal	Lei nº 9.427	26/12/1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), define as competências dessa autarquia e disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica.
Federal	Resolução CONAMA nº 237	19/12/1997	Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental (altera a Resolução CONAMA nº 1/86 (revoga os art. 3º e 7º).
Federal	Lei nº 9.605	12/02/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Federal	Lei nº 9.795	27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.
Federal	Decreto Federal nº 3.179	21/09/1999	Regulamenta a Lei nº 9.605 sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Federal	Resolução CONAMA nº 273	29/11/2000	Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição.
Federal	Lei nº 10.165	27/12/2000	Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA).
Federal	Portaria IPHAN nº 230	17/12/2002	Regulamenta quais os estudos e procedimentos necessários para a obtenção de licença prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO) no curso do processo de licenciamento ambiental.
Estadual	Instrução Normativa IMA nº 46	10/2007	Define a documentação necessária à Reposição Florestal, nos termos da Lei Federal nº. 4.771/65, Decreto Federal nº. 5.975/06 e Instrução Normativa nº. 06/06 do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e estabelecer critérios para apresentação do projeto florestal.
Federal	Decreto Federal nº 6.514	22/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas em relação ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências.
Federal	Decreto Federal nº 6.792	10/03/2009	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Federal	Decreto nº 6.848	14/05/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Federal	Resolução CONAMA nº 60	17/12/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA e dá outras providências.
Federal	Portaria IBAMA nº 12	05/08/2011	Estabelece sobre a emissão de autorizações de captura, coleta e transporte de material biológico para a realização de atividades de levantamento, monitoramento e resgate/salvamento de fauna no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal.
Federal	Portaria MMA nº 421	26/10/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica e dá outras providências.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Portaria nº 420	26/10/2011	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na regularização e no licenciamento ambiental das rodovias federais.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 14	27/10/2011	Altera e acrescenta dispositivos à Instrução Normativa nº 184/2008, que dispõe sobre procedimento de licenciamento ambiental.
Federal	Lei Complementar nº 140	08/12/2011	Complementa o Art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Em seu Art. 2º conceitua o termo de licenciamento ambiental.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 2	27/03/2012	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.
Federal	Portaria Interministerial nº 60	24/03/2015	Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do IBAMA.
Federal	Decreto nº 8.437	22/04/2015	Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 6	15/02/2018	Institui, no âmbito do IBAMA, a regulamentação dos procedimentos necessários à aplicação da conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 11	13/04/2018	Altera a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e dá outras providências.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 12	13/04/2018	Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.
Federal	Instrução Normativa FCP nº 1	31/10/2018	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 8	20/02/2019	Estabelece os procedimentos administrativos no âmbito do Ibama para a delegação de licenciamento ambiental de competência federal para Órgão Estadual de Meio Ambiente (OEMA) ou Órgão Municipal de Meio Ambiente (OMMA).
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 11.411	28/12/1987	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA).
Estadual	Constituição Estadual	05/10/1989	Dispõe sobre as questões específicas da área Ambiental do estado de Santa Catarina.
Estadual	Lei nº 14.675	12/04/2009	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina e dispõe sobre as atividades sujeitas ao licenciamento Ambiental.
Estadual	Lei nº 14.652	13/01/2009	Institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências.
Estadual	Lei nº 16.283	20/12/2013	Altera os dispositivos da Lei Estadual nº 14.675 de 12 de abril de 2009.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Lei nº 16.342	21/01/2014	Altera os dispositivos da Lei Estadual nº 16.342 de 20 de dezembro de 2014.
Estadual	Lei nº 16.590	19/01/2015	Unifica o licenciamento ambiental para as obras públicas de Santa Catarina.
Estadual	Decreto nº 402	21/10/2015	Regulamenta o Capítulo IV-A do Título IV da Lei nº 14.675, de 2009, implantando o Programa de Regularização Ambiental (PRA) em Santa Catarina, e estabelece outras providências.
Estadual	CONSEMA nº 98	05/05/2017	Aprova a Lei Estadual nº 14.675 e define os estudos ambientais necessários.
Estadual	Lei nº 17.354	10/12/2017	Dispõe sobre a criação do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) e extingue a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) e estabelece outras providências.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 7.109	17/01/1979	Institui o Sistema de Proteção do Meio Ambiente, contra qualquer agente poluidor ou perturbador, com aplicação e fiscalização pela Administração dos Recursos Hídricos (ARH). Regulamentada pelo Decreto 857/79.
Estadual	Decreto nº 857	18/07/1979	Regulamenta a Lei 7.109/79.
Estadual	Lei nº 7.978	30/11/1984	Institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente.
Estadual	Lei Complementar nº 59	01/10/1991	Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o Art. 2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental. (ICMS Ecológico). Alterada pela Lei Complementar 67/93.
Estadual	Constituição Estadual	05/10/1989	O Capítulo V, Art. 207, determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.
Estadual	Lei nº 10.066	27/07/1992	Cria a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Regulamentada pelo Decreto 1.502/92. Modificada pela Lei 11.352/96.
Estadual	Decreto nº 1.502	04/08/1992	Regulamenta a Lei 10.066/92.
Estadual	Lei nº 10.233	28/12/1992	Institui a Taxa Ambiental a ser recolhida em processos ambientais pelo IAP. Modificada pela Lei 15.431/07.
Estadual	Lei Complementar nº 67	08/01/1993	Dá nova redação ao Art. 2º da Lei Complementar 059/91.
Estadual	Decreto nº 2.320	20/05/1993	Incumbe ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a fiscalização pelo cumprimento das normas federais e estaduais de proteção ambiental, impondo as respectivas sanções administrativas.
Estadual	Lei nº 11.352	13/02/1996	Dá nova redação aos artigos 1º, 6º e 10, da Lei 10.066/92.
Estadual	Resolução SEMA nº 031	24/08/1998	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural. Alterada pela Resolução SEMA/CEMA 065/08.
Estadual	Lei nº 12.493	05/02/1999	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado. Alterada pela Lei 15.862/08.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Decreto nº 2.317	17/07/2000	Regulamenta a competência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Estadual	Decreto nº 2.377	28/07/2000	Aprova o Regulamento do Fundo de Preservação Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (FPARMC).
Estadual	Lei nº 12.945	06/09/2000	Institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA).
Estadual	Lei nº 15.431	30/01/2007	Altera o Art. 4º da Lei 10.233, de 28.12.92, institui a Taxa Ambiental.
Estadual	Portaria IAP nº 187	10/10/2007	Estabelece critérios para exigências de medidas mitigadoras, compensação ambiental por impactos de empreendimentos impactantes e compensação ambiental por utilização de recursos ambientais.
Estadual	Lei nº 15.862	18/06/2008	Dispõe que o Art. 10, da Lei 12.493/99, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º, 2º e 3º, com a redação que especifica.
Estadual	Resolução CEMA nº 065	01/07/2008	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do Meio Ambiente. Revoga os Artigos 1º a 56 e 76 a 87 da Resolução SEMA 031/98.
Estadual	Portaria IAP nº 166	26/09/2008	Dispõe sobre conceitos e a documentação necessária para instrução dos procedimentos administrativos das diversas modalidades de licenciamentos ambientais.
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 001	07/01/2010	Altera a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação.
Estadual	Decreto nº 3741	23/01/2012	Adequação de categorias de manejo de unidades de conservação à Lei Federal nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
Estadual	Decreto nº 4381	24/04/2012	Dispõe sobre a criação do Programa BIOCLIMA PARANÁ de conservação e recuperação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Paraná e dá outras providências.
Estadual	Resolução CEMA nº 088	27/08/2013	Estabelece critérios, procedimentos e tipologias para o licenciamento ambiental municipal de atividades, obras e empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local e determina outras providências.



### 3.3.2 Uso e Ocupação do solo

Quadro 3.3-2: Legislação de uso e ocupação do solo aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Decreto Lei nº 227	20/02/1967	Institui o Código de Mineração.
Federal	Lei nº 8.987	13/02/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto na Constituição Federal (Art. 175).
Federal	Lei nº 9.074	07/07/1995	Define as normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
Federal	Resolução ANEEL nº 259	09/06/2003	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados.
Federal	Parecer DNPM PROGE nº 500	12/11/2009	Instrui sobre o pedido de bloqueio de áreas com processos minerários.
Federal	Resolução Normativa da Aneel nº 740	11/10/2016	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública (DUP), para fins de desapropriação e de instituição de faixa de servidão administrativa, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados e dá outras providências.
Federal	Decreto Federal nº 9.395	30/05/2018	Prorroga o prazo de inscrição ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).
Federal	Decreto Federal nº 9.406	13/06/2018	Novo regulamento do código de mineração. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 6.063	24/05/82	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Alterada pela Lei 10.957/98.
Estadual	Lei nº 10.957	23/11/98	Altera a Lei 6.063/82.
Estadual	Lei Ordinária nº 17.492	21/01/2018	Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.
<b>ESTADUAL – PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 8.917	15/12/1988	Institui o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.
Estadual	Lei nº 15.211	17/07/2006	Institui o PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse público, sob a modalidade de serviço social autônomo, com a finalidade de fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados necessariamente: I - ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos Municípios; II - à administração de recursos e de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei 8.917/88.

### 3.3.3 Áreas Ambientalmente Protegidas e Compensação Ambiental

Quadro 3.3-3: Legislação das áreas ambientalmente protegidas aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução CONAMA nº 009	24/01/1986	Dispõe sobre a criação de Comissão Especial para estudos do Patrimônio Espeleológico.
Federal	Decreto Federal nº 99.274	06/06/1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Federal	Portaria IBAMA nº 887	15/06/1990	Dispõe sobre o uso das cavidades subterrâneas, entre outros.
Federal	Decreto Federal nº 99.556	01/10/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional e dá outras providências.
Federal	Lei nº 9.985	18/07/2000	Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Federal	Resolução CONAMA nº 302	20/03/2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
Federal	Resolução CONAMA nº 303	20/03/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente.
Federal	Decreto Federal nº 4.340	22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências.
Federal	Decreto Federal nº 5.092	21/05/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade.
Federal	Portaria MMA nº 126	27/05/2004	Ficam reconhecidas as áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade as áreas discriminadas no “Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2003 e reeditado em maio de 2004, disponibilizados no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Federal	Resolução CONAMA nº 347	10/09/2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.
Federal	Deliberação CONABIO nº 39	14/12/2005	Dispõe sobre a aprovação da metodologia para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.
Federal	Resolução CONAMA nº 369	29/03/2006	Dispõe sobre a autorização ambiental para intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, APP em casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.
Federal	Decreto MMA nº 5.758	13/04/2006	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.
Federal	Instrução Normativa MMA nº 06	15/12/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências.
Federal	Portaria MMA nº 09	23/01/2007	Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona.
Federal	Decreto Federal nº 6.640	07/11/2008	Dá nova redação aos Arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os Arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 10 de outubro de 1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Instrução Normativa MMA nº 02	20/08/2009	Institui a metodologia para a definição do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.
Federal	Portaria ICMBio nº 078	03/09/2009	Cria o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV).
Federal	Instrução Normativa MMA nº 05	08/09/2009	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das APPs e da Reserva Legal instituídas pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Federal	Portaria MMA nº 358	30/09/2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico.
Federal	Instrução Normativa MMA nº 02	30/08/2017	Define a metodologia para a classificação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas, conforme previsto no art. 5º do Decreto no 99.556, de 1º de outubro de 1990.
Federal	Portaria MMA nº 463	18/12/2018	Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Constituição Estadual	05/10/1989	O Capítulo VI, Art. 184, estabelece que são áreas de interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes homologada pela Assembleia Legislativa, preservados seus atributos especiais: I - a Mata Atlântica; II - a Serra Geral; III - a Serra do Mar; IV - a Serra Costeira; V - as faixas de proteção de águas superficiais; VI - as encostas passíveis de deslizamentos.
Estadual	Instrução Normativa IMA nº 23	01/2018	Define a documentação necessária para a emissão de autorização para a supressão da vegetação nativa em área rural.
Estadual	Instrução Normativa IMA nº 24	07/2018	Define a documentação necessária para a emissão de autorização para a supressão de vegetação nativa em área urbana.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Decreto nº 5.591	02/10/1978	Declara serem áreas de preservação permanente as florestas nativas da Serra do Mar que especifica.
Estadual	Decreto nº 2.722	14/03/1984	Aprova o regulamento que especifica e define as condições para o aproveitamento de áreas e locais considerados de interesse turístico, de que trata o Art. 1º da Lei 7.389/80.
Estadual	Lei Ordinária nº 9.905	27/01/1992	Cria Área de Proteção Ambiental - APA, na Serra Geral, conhecida como Serra da Esperança, no Estado do Paraná e adota outras providências.
Estadual	Decreto nº 4.262	21/11/1994	Institui, no Território do Estado do Paraná, a Categoria de Manejo de Unidades de Conservação denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
Estadual	Decreto nº 3.446	14/08/1997	Cria, no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR).
Estadual	Portaria IAP nº 134	19/12/1997	Cria, organiza e atualiza o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (CEUC); define conceitos, parâmetros e procedimentos para o cálculo dos Coeficientes de Conservação da Biodiversidade e dos Índices Ambientais dos Municípios por Unidades de Conservação.
Municipal	Lei Municipal nº 246	14/08/1998	Cria a APA - Área de Proteção Ambiental do Rio Vermelho, revoga a Lei Nº 696/96, e dá outras providências. Município de São Bento do Sul – SC.
Municipal	Lei Ordinária nº 1093	17/08/1998	Cria a APA - Área de Proteção Ambiental do Rio dos Bugres e dá outras providências. Município de Rio Negrinho – SC.
Estadual	Decreto nº 387	03/03/1999	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Decreto nº 3.320	12/07/2004	Aprova os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e áreas de preservação permanente (SISLEG).
Estadual	Portaria IAP nº 233	26/11/04	Aprova os mecanismos de operacionalização aplicáveis ao Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG), no âmbito do IAP, para o Estado.
Estadual	Portaria IAP nº 242	07/12/04	Cria o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).
Estadual	Resolução SEMA nº 015	26/08/06	Estabelece os percentuais definitivos (Fator Ambiental: soma dos dois índices ambientais, produzidos por Unidades de Conservação e por Mananciais de Abastecimento) relativos a que cada município tem direito, de acordo com os cálculos efetuados pelo IAP e pela SUDERHSA.
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 22	19/06/07	Aprova a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação. Alterada pela Resolução Conjunta SEMA/IAP 001/09.
Estadual	Portaria IAP nº 103	04.06.07	Aprova o Plano de Manejo da APA de Guaratuba.
Estadual	Decreto nº 1.529	02.10.07	Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).
Estadual	Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 005	28.03.08	Define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná.
Estadual	Portaria IAP nº 105	26.06.08	Normatiza os instrumentos de compensação da Reserva Legal relativos à servidão florestal e às Reservas Coletivas no Estado do Paraná.
Estadual	Resolução SEMA nº 045	31.07.08	Institui critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao uso de espécies exóticas na recuperação de Reserva Legal.
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 001	26.01.09	Altera Anexo da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 022/07.
Estadual	Resolução SEMA nº 041	27/07/2010	Autorizar nos termos na Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente, nº 5, de 08 de setembro de 2009, artigo 1º, a implantação de ações com a finalidade de recuperar e preservar as condições ambientais das Áreas de Preservação Permanente (APP), no entorno de nascentes no Estado do Paraná, garantindo assim a melhoria de qualidade de vida e o aumento da disponibilidade de água, incentivando os proprietários rurais a recuperarem as nascentes existentes em suas propriedades.
Estadual	Resolução SEMA nº 042	22/12/2011	Instituir Grupo de Trabalho, visando desenvolver metodologia e definir conceitos para a elaboração de Mapas Oficiais de Áreas de Preservação Permanente, nas áreas urbanas e rurais do Estado do Paraná.



### 3.3.3.1 Compensação ambiental

Quadro 3.3-4: Legislação de compensação ambiental aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução CONAMA nº 002	19/04/1996	Declara o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981, incisos II e X, do artigo 7º, do Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990.
Federal	Resolução CONAMA nº 371	06/04/2006	Estabelece diretrizes para os órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.
Federal	Decreto nº 6.848/2009	14/05/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 8	14/07/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 14675	13/04/2009	Esta Lei, ressalvada a competência da União e dos Municípios, estabelece normas aplicáveis ao Estado de Santa Catarina, visando à proteção e à melhoria da qualidade ambiental no seu território.
Estadual	Portaria IMA nº 156	06/07/2018	Revoga a Portaria FATMA nº 2 de 12 de janeiro de 2010 que estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 001	07/01/2010	Altera a metodologia para a gradação de impacto ambiental visando estabelecer critérios de valoração da compensação referente a unidades de proteção integral em licenciamentos ambientais e os procedimentos para a sua aplicação.
Estadual	Lei nº 16574	20/09/2010	Disciplina a compensação da reserva legal dentro da faixa de 5 km (cinco quilômetros) em cada margem dos rios que compõe os corredores da biodiversidade.
Estadual	Decreto nº 3788	01/02/2012	Estabelece os critérios das áreas de mananciais, para fins da compensação prevista no artigo 26 da Constituição Estadual.
Estadual	Decreto nº 9107	09/10/2013	Altera o Decreto nº 3.788, de 1º de fevereiro de 2012, que estabelece os critérios das áreas de mananciais para fins da compensação prevista no artigo 26 da Constituição Estadual. - SEEG.
Estadual	Resolução SEMA nº 026	31/10/2016	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e propor procedimentos para implementação da Compensação de Reserva Legal no Estado do Paraná
Estadual	Resolução SEMA nº 003	12/02/2019	Procedimentos para compensação ambiental em supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica.

### 3.3.4 Conservação de fauna e flora

Quadro 3.3-5: Legislação de conservação da fauna e flora aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Lei nº 5.197	03/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Federal	Decreto Federal nº 4.339	22/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Federal	Instrução Normativa MMA nº 03	27/05/2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da Lista anexa à presente Instrução Normativa, sendo essas protegidas de modo integral, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 112	21/08/2006	Estabelece que o Documento de Origem Florestal (DOF) constitui-se licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa. Alterada pelas Instruções Normativas IBAMA nºs 134/06 e 187/08.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 134	22/11/2006	Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 112/06, que dispõe sobre o DOF.
Federal	Lei nº 11.428	22/12/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 146	10/01/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 134	10/09/2008	Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 112/06, que dispõe sobre o DOF.
Federal	Decreto Federal nº 6.660	21/11/2008	Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 06	07/04/2009	Estabelece normas para a emissão da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV).
Federal	Lei nº 11.934	05/05/2009	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.
Federal	Instrução Normativa MMA nº 01	09/12/2010	Aprova a Lista de espécies ameaçadas de extinção segundo Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES).
Federal	Resolução CRMV nº 1.000	11/05/2012	Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.
Federal	Lei nº 12.651	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências.
Federal	Lei nº 12.727	17/10/2012	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166/67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do Art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do Art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução CFBio nº 301	08/12/2012	Dispõe sobre os procedimentos de captura, contenção, marcação, soltura e coleta de animais vertebrados <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> , e dá outras providências.
Federal	Portaria MMA nº 443	17/12/2014	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" e estabelece a Lista.
Federal	Portaria nº 444	17/12/2014	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção".
Federal	Instrução Normativa IBAMA nº 8	14/07/2017	Estabelece procedimentos para solicitação da emissão da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ACCTMB/Abio) no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 8.039	23/07/90	Cria a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental.
Estadual	Resolução Conjunta IBAMA/SEDUMA nº 01	05/04/95	Regulamenta o corte, a supressão e exploração de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de Santa Catarina.
Estadual	Decreto nº 1.710	13/10/00	Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.
Estadual	Resolução Conjunta FATMA/IBAMA nº 01	29/10/03	Regulamenta o corte, a supressão e a exploração da Bracatinga ( <i>Mimosa scabrella</i> ), no Estado de Santa Catarina.
Estadual	Lei 12.854	22/12/03	Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.
Estadual	IN FATMA nº 23	04/2010	Define a documentação necessária à autorização de supressão da vegetação nativa em área rural.
Estadual	IN FATMA nº 24	04/2010	Define a documentação necessária à autorização de supressão da vegetação nativa em área urbana.
Estadual	Resolução CONSEMA nº 002	06/12/2011	Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.
Estadual	IN FATMA nº 45	03/2012	Define a documentação necessária ao licenciamento e estabelecer critérios para apresentação dos planos, programas e projetos ambientais para implantação de linhas e redes de transmissão de energia elétrica de pequeno, médio e grande porte.
Estadual	Resolução CONSEMA nº 51	05/12/2014	Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 7.957	21/11/84	Declara ave-símbolo do Paraná a gralha-azul.
Estadual	Decreto nº 5.911	06/11/89	Aprova o Plano Diretor do Manejo Florestal da Região Metropolitana de Curitiba.
Estadual	Lei nº 9.571	07/03/91	Autoriza o Poder Executivo a participar de consórcio com outros estados para preservação da Mata Atlântica – Serra do Mar.
Estadual	Lei nº 10.155	01/12/92	Dispõe que as pessoas físicas ou jurídicas, que utilizem economicamente matéria-prima florestal, nos termos dos Artigos 20 e 21 da Lei 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro), são obrigadas a sua reposição.
Estadual	Lei nº 10.247	12/01/93	Dispõe que é de competência do IAP a fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná. Modificada pela Lei 13.001/00.
Estadual	Lei nº 11.054	11/01/95	Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado. Alterada pela Lei 15.001/06.
Estadual	Lei nº 11.067	17/02/95	Proíbe, no Estado do Paraná, a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
			impliquem nas atividades proibidas, conforme específica (Lista a fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná).
Estadual	Decreto nº 1.940	03/06/96	Institui o Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR).
Estadual	Lei nº 13.001	24/11/00	Dá nova redação ao caput do Art. 3º, da Lei 10.247/93.
Estadual	Lei nº 14.037	20/03/03	Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais.
Estadual	Decreto nº 3.148	15/06/04.	Estabelece a Política Estadual de Proteção à Fauna Nativa, seus princípios, alvos, objetivos e mecanismos de execução, define o Sistema Estadual de Proteção à Fauna Nativa (SISFAUNA), cria o Conselho Estadual de Proteção à Fauna (CONFAUNA) e implanta a Rede Estadual de Proteção à Fauna Nativa – Rede PRÓ-FAUNA.
Estadual	Resolução Conjunta IBAMA/SEMA nº 001	31/05/05	Dispõe que a exploração de <i>Euterpe edulis</i> , no Estado do Paraná, somente será permitida sob a forma de corte seletivo mediante manejo florestal sustentável.
Estadual	Portaria IAP nº 157	13/10/05	Normatiza o uso de espécies arbóreas exóticas na Reserva Legal.
Estadual	Portaria IAP nº 192	02/12/05	Normatiza o processo de eliminação e controle de espécies vegetais exóticas invasoras em Unidades de Conservação de Proteção Integral sob administração do IAP.
Estadual	Lei nº 15.001	26/01/06	Altera o art. 7º, da Lei 11.054/95.
Estadual	Portaria IAP nº 046	20/03/06	Estabelece critérios para corte de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração e proíbe o corte isolado de árvores nativas em ambientes florestais nos imóveis rurais do Estado.
Estadual	Portaria IAP nº 074	19/04/07	Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná.
Estadual	Portaria IAP nº 096	25/05/07	Isenta a matéria prima florestal exótica da obrigatoriedade de reposição florestal.
Estadual	Portaria IAP nº 108	18/06/07	Estabelece os procedimentos administrativos para o Manejo da Bracatinga.
Estadual	Portaria IAP nº 054	07/04/08	Institui os procedimentos para controle da exploração do pinhão.
Estadual	Resolução IBAMA/SEMA/IAP nº 007	18/04/08	Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em ambiente agropastoril e em áreas urbanas.
Estadual	Resolução SEMA nº 020	03/06/08	Institui o uso das unidades fitoambientais como instrumento de política pública ambiental, em especial para análise de recuperação da cobertura vegetal e de supressão de vegetação nativa em estágio inicial no Estado do Paraná.
Estadual	Lei nº 15.953	24/09/08	Proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta ( <i>Murraya paniculata</i> ), por ser vegetal hospedeiro da bactéria <i>Candidatus liberibacter</i> ssp., disseminada pelo inseto vetor <i>Diaphorina citri</i> , transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB – Greening).
Estadual	Resolução SEMA nº 023	24/04/09	Dispõe sobre a preservação e conservação dos Campos no Estado do Paraná.
Estadual	Decreto nº 7264	01/06/2010	Reconhece e atualiza Lista de Espécies de Mamíferos pertencentes à Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná e dá outras providências, atendendo o Decreto Nº 3.148, de 2004.
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 003	11/09/2015	Institui Câmara Técnica Florestal para análise e parecer técnico em procedimentos de licenciamento ambiental que envolva a supressão de vegetação, no Estado do Paraná.
Estadual	Decreto nº 11797	22/11/2018	Reconhece e atualiza Lista de Espécies de Aves pertencentes à Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná e dá outras providências, atendendo o Decreto Nº 3.148, de 2004.
Estadual	Lei nº 19745	11/12/2018	Dispõe sobre a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre



ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
			desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais, e estabelece outras providências.
Estadual	Resolução SEMA nº 003	12/02/2019	Procedimentos para compensação ambiental em supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica.

### 3.3.5 Recursos hídricos superficiais e subterrâneos

Quadro 3.3-6: Legislação de recursos hídricos superficiais e subterrâneos aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Lei nº 9.433	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Federal	Resolução CNRH nº 32	15/10/2003	Institui a Divisão Hidrográfica Nacional (DNH).
Federal	Resolução CONAMA nº 357	17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 6.739	16/12/85	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Alterada parcialmente pela Lei nº 11.508/00.
Estadual	Lei nº 9.022	06/05/93	Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Estadual	Lei nº 9.748	30/11/94	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Alterada parcialmente pela Lei 10.006/95. Regulamentada pelos Decretos 2.648/98, 3.855/05 e 4.778/06.
Estadual	Lei nº 10.006	18/12/95	Dá nova redação ao Art. 31 da Lei 9.748/94.
Estadual	Decreto nº 2.648	16/02/98	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), criado pela Lei 9.748/94.
Estadual	Lei nº 10.949	09/11/98	Dispõe sobre a caracterização do Estado em 10 (dez) Regiões Hidrográficas.
Estadual	Lei nº 11.508	20/07/00	Dá nova redação ao Art. 2º da Lei 6.739/85.
Estadual	Resolução CERH nº 001	24/07/08	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água de Santa Catarina.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 12.248	31/07/98	Cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC.
Estadual	Lei nº 12.726	26/11/99	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Alterada pela Lei 16.242/09.
Estadual	Decreto nº 2.314	17/07/00	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
Estadual	Decreto nº 4.646	31/08/01	Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.
Estadual	Decreto nº 4.647	31/08/01	Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FRHI).
Estadual	Decreto nº 5.361	26/02/02	Regulamenta a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos.
Estadual	Lei nº 16.242	13/10/09	Cria o Instituto das Águas do Paraná. Altera a Lei 12.726/99.
Estadual	Resolução CERH nº 107	28/03/2018	Aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2017 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II
Estadual	Resolução CERH nº 2	24/07/2019	Aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2018 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Resolução CERH nº 3	24/07/2019	Aprova a auto declaração dos investimentos realizados no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2018 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas 2º Ciclo - PROGESTÃO II
Estadual	Resolução CERH nº 1	24/07/2019	Estabelece a elaboração e divulgação periódica do Relatório Conjuntura de Recursos Hídricos do Paraná.

### 3.3.6 Emissões Atmosféricas

Quadro 3.3-7: Legislação de emissões atmosféricas aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução CONAMA nº 05	15/06/1989	Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR).
Federal	Resolução CONAMA nº 03	22/08/1990	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 13.806	30/09/02	Dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme específica.
Estadual	Resolução SEMA nº 054	22/12/06	Define critérios para o Controle da Qualidade do Ar como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do Estado de forma ambientalmente segura.
Estadual	Resolução SEMA nº 016	15/04/2014	Definir critérios para o Controle da Qualidade do Ar como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná de forma ambientalmente segura.
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 003	19/06/2017	Implantar o Plano Estadual de Controle da Poluição do Ar e de Proteção da Atmosfera (PROEPAR), como um dos instrumentos básicos da gestão ambiental para proteção da saúde e bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de permitir o desenvolvimento econômico e social do Estado de forma ambientalmente segura.

### 3.3.7 Ruídos

Quadro 3.3-8: Legislação de ruídos aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	ABNT NBR 10151	30/06/2000	Fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, independentemente da existência de reclamações.
Federal	Portaria MINTER nº 92	19/07/1980	Dispõe sobre a emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
Federal	ABNT NBR 10152	30/12/1987	Fixa os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico em ambientes diversos.
Federal	Resolução CONAMA nº 01	08/03/1990	Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Decreto nº 4712	23/05/2012	Introduz alterações no Decreto Estadual 1.502, de 04 de agosto de 1992, que aprova o regulamento do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e autoriza a abertura de procedimento licitatório para a concessão de serviços técnicos inerentes a execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M relativos às inspeções de emissões de poluentes e ruído.

### 3.3.8 Poluição do solo e Efluentes Líquidos

Quadro 3.3-9: Legislação de poluição do solo e efluentes líquidos aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Portaria Normativa IBAMA nº 113	25/09/1997	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro das pessoas físicas ou jurídicas no cadastro técnico federal de pessoas físicas ou jurídicas que desempenhem atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
Federal	Resolução CONAMA nº 430	13/05/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 001	15/10/2004	Estabelecer requisitos, critérios técnicos e procedimentos para a impermeabilização de áreas para implantação de Aterros Sanitários, visando a proteção e a conservação do solo e das águas subterrâneas.
Estadual	Instrução Normativa DIRAM nº 002	24/01/06	Estabelece o Sistema de Automonitoramento de Atividades Poluidoras no Estado.
Estadual	Portaria IAP nº 019	10/02/06	Aprova e determina o cumprimento da Instrução Normativa DIRAM 002/06.
Estadual	Resolução CEMA nº 081	16/10/2010	Dispõe sobre Critérios e Padrões de ecotoxicidade para o Controle de Efluentes Líquidos lançados em águas superficiais no Estado do Paraná.

### 3.3.9 Resíduos Sólidos

Quadro 3.3-10: Legislação de resíduos sólidos aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	NR 25	06/07/1978	Estabelece a correta destinação de resíduos industriais.
Federal	NBR ABNT 11.174	30/07/1990	Fixa condições para o armazenamento de resíduos classes II -não inertes e III – inertes.
Federal	Resolução CONAMA nº 275	25/04/2001	Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.
Federal	Resolução CONAMA nº 307	05/07/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Federal	Resolução CONAMA nº 348	16/08/2004.	Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
Federal	NBR ABNT nº 10.004	30/11/2004	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que estes resíduos possam ter manuseio e destinação adequados.
Federal	Lei nº 12.305	02/08/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Federal	Resolução CONAMA nº 448	18/01/2012	Altera os Arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Federal	Resolução CONAMA nº 469	29/07/2015.	Altera a Resolução CONAMA no 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 11.347	17/01/2000	Dispõe sobre a coleta, recolhimento e destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 12.493	05/02/1999	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado. Alterada pela Lei 15.862/08.
Estadual	Decreto nº 6.674	03/12/2002	Aprova o Regulamento da Lei nº 12.493/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.
Estadual	Lei nº 15456	15/01/2007	Altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.
Estadual	Lei nº 17232	16/07/2012	Estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense.
Estadual	Lei nº 17321	25/09/2012	Estabelece que a emissão do certificado de conclusão, expedido pelo órgão competente, seja condicionada à comprovação de que os resíduos (entulhos) remanescentes do processo construtivo tenham sido recolhidos e depositados em conformidade com as exigências da legislação aplicável à espécie.
Estadual	Decreto nº 8656	31/06/2013	Dispõe sobre a criação do Programa PARANÁ SEM LIXÕES, para atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná e dá outras providências.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Resolução CEMA nº 090	03/12/2013	Estabelece condições, critérios e dá outras providências, para empreendimentos de compostagem de resíduos sólidos de origem urbana e de grandes geradores e para o uso do composto gerado.
Estadual	Lei nº 18900	10/11/2016	Institui o Dia Estadual do Incentivo à Redução de Consumo, Reuso e Racionalização de Água, Eficiência Energética e Destinação e Tratamento de Resíduos.

### 3.3.10 Saúde Pública e dos Trabalhadores, Saneamento Ambiental e Segurança do Trabalho

Quadro 3.3-11: Legislação de saúde pública e dos trabalhadores, saneamento ambiental e segurança do trabalho aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	NR 12	06/07/1978	Define referências técnicas, princípios fundamentais e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos.
Federal	NR 15	06/07/1978	Estabelece as atividades e operações insalubres e define limites de tolerância.
Federal	NR 16	06/07/1978	Estabelece as atividades e operações perigosas.
Federal	NR 21	06/07/1978	Estabelece condições para trabalhos a céu aberto.
Federal	NR 23	06/07/1978	Estabelece medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis.
Federal	NR 01	06/07/1978	Define as disposições gerais sobre segurança e medicina do trabalho.
Federal	NR 02	06/07/1978	Dispõe sobre a inspeção prévia para aprovação das instalações pelo órgão regional do MTb.
Federal	NR 04	06/07/1978	Estabelece a obrigatoriedade dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.
Federal	NR 05	06/07/1978	Estabelece Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
Federal	NR 06	06/07/1978	Dispõe sobre a utilização dos equipamentos de proteção individual – EPIs.
Federal	NR 07	06/07/1978	Dispõe sobre a obrigatoriedade e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.
Federal	Portaria MS nº 45	13/12/2007	Dispõe sobre a emissão do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno (LAPM) e do Atestado de Condição Sanitária (ATCS) pelas Secretarias de Estado da Saúde pertencentes à Amazônia Legal, estabelece parâmetros para o repasse de recursos e padroniza os procedimentos para estudos entomológicos.
Federal	Resolução Normativa da ANEEL nº 398	23/03/2010	Regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei 16215	17/08/2009	Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a “Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho – SEMESS” (Prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao Trabalho).
Estadual	Lei 17538	16/04/2013	Declara de Utilidade Pública o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR, com sede e foro no Município de Curitiba.
Estadual	Lei 15458	15/01/2015	Dispõe sobre a fixação de orientação sobre o DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos causados por veículos automotores de vias terrestres) em estabelecimentos de serviço de saúde pública ou privada e serviços funerários e dá outras providências.
Estadual	Lei 18834	15/07/2016	Obriga a rede de saúde a notificar os órgãos de segurança pública quando do atendimento de pessoa ferida.



ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Lei 18845	27/07/2016	Obriga prontos-socorros, hospitais, unidades de saúde e clínicas de saúde pública ou privada a afixar, em local público, cartazes esclarecedores acerca da legislação que prevê o crime de omissão de socorro.
Estadual	Resolução 013	23/07/2019	Alteração da nomenclatura da Coordenação de Segurança, Medicina e Saúde Ocupacional (COSMET), e criação da Supervisão de Serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho (SUPSESMT).

### 3.3.11 Territórios Tradicionais e outras Comunidades

Quadro 3.3-12: Legislação de territórios tradicionais e outras comunidades aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Decreto Federal nº 6.040	07/02/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
<b>ESTADUAL – PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 14.453	07/07/2004	Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná.
Estadual	Lei nº 15.673	13/11/2007	Dispõe que o Estado reconhece os faxinais e sua territorialidade.
Estadual	Lei nº 17.425	20/12/2012	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT), na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, e dá outras providências.
Estadual	Lei nº 18861	31/08/2016	Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunitária Indígena Inácio Martins, com sede no Município de Inácio Martins e foro na Comarca de Irati.
Estadual	Lei nº 19.016	17/05/2017	Altera e inclui dispositivos na Lei nº 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.

### 3.3.12 Patrimônio Cultural, Artístico, Histórico e Arqueológico

Quadro 3.3-13: Legislação de patrimônio cultural, artístico, histórico e arqueológico aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Decreto Lei nº 25	30/11/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Federal	Memorando CNA/DEPAM/IPHAN nº 14	11/12/2012	Revoga as instruções contidas no Memorando Circular 002/2008 de 16 de maio de 2008, que dispõe sobre a realização de diagnósticos arqueológicos não interventivos na fase de licença prévia nos processos de licenciamento ambiental.
Federal	Instrução Normativa IPHAN nº 1	25/03/2015	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.
Federal	Portaria nº 361	14/09/2017	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências.
<b>ESTADUAL – SANTA CATARINA</b>			
Estadual	Lei nº 5.846	22/12/80	Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado. Alterada pela Lei 9.342/93.
Estadual	Lei nº 9.342	14/12/93	Modifica a Lei 5.846/80.
<b>ESTADUAL - PARANÁ</b>			
Estadual	Lei nº 1.211	16/09/1953	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Estadual	Lei nº 9966	21/05/1992	Declara de utilidade pública a Associação de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Rolândia, com sede e foro naquela cidade.
Estadual	Lei nº 10474	15/10/1993	Dispõe que o Poder Executivo deverá sinalizar com placas indicativas ao longo das rodovias estaduais, os conjuntos urbanos, edificações e sítios de valor histórico, arqueológico, paisagístico, ecológico e turístico.
Estadual	Lei nº 13165	05/06/2001	Institui o Fundo Estadual de Cultura (FEC), destinado a prover recursos para atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.
Estadual	Lei nº 16206	10/08/2009	Declara patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do Paraná, a Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

### 3.3.13 Legislação Municipal

A seguir temos a relação da legislação básica ambiental dos municípios interceptados pelo empreendimento.

Quadro 3.3-14: Legislação municipal ambiental aplicável ao empreendimento.

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO
Canoinhas (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Ordinária nº 3005/1998 de 18/11/1998 - Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).</li> <li>Lei Ordinária nº 3015/1998 - dispõe sobre atos de limpeza pública e dá outras providências</li> <li>Lei Orgânica do município de Canoinhas de 12/12/2000.</li> <li>Lei Ordinária nº 3792 de 17/12/2000 - Dispõe sobre o lixo perigoso.</li> <li>Decreto Executivo nº 203/2002 de 18/12/2002 - declara patrimônio histórico, cultural e arquitetônico a estação de trem de Marcílio Dias e dá outras providências.</li> <li>Lei Complementar nº 0009/2006 de 04/01/2006 - Cria o Conselho Municipal De Cultura.</li> <li>Lei Ordinária nº 3953/2005 de 04/01/2006 - Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Natural e Cultural Do Município de Canoinhas, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Canoinhas.</li> <li>Lei Ordinária nº 4085/2006 de 06/10/1986 - Ementa: Altera Lei Nº 3.953/2006 que dispõe sobre o Patrimônio Natural e Cultural do Município de Canoinha.</li> <li>Lei Complementar nº 61 de 21/12/2017 – Institui o novo Plano Diretor do município de Canoinhas e dá outras providências.</li> </ul>
Corupá (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei Municipal nº 0327 de 28/11/1977 - Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).</li> <li>Lei Municipal nº 0677 de 28/11/1989 - Declara a preservação permanente das florestas existentes no município.</li> <li>DOU-Portaria nº 53 de 18/04/2002. - Reconhece, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade, a área de 100,96 ha (cem hectares e noventa e seis ares), na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel Fazenda Rio Novo, a reserva denominada "Reserva Ecológica Emílio Fiorentino Battistella", no município de Corupá - SC</li> <li>Lei Municipal nº 1573 de 08/04/2005 - Altera a lei nº 0327, que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).</li> <li>Lei Complementar nº 19 de 12/01/2007 – Institui o Plano Diretor Físico-Territorial do município de Corupá, e dá outras providências.</li> <li>Lei Municipal nº 1995 de 18/11/2010 - Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico.</li> <li>Lei Municipal nº 2027 de 07/07/2011 - Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Corupá.</li> <li>Lei Orgânica do município de Corupá de 18/07/2014.</li> </ul>

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 050/14 de 05/09/2014 - Altera a Lei Complementar nº 019/07, que institui o Plano Diretor Físico-Territorial, do Município de Corupá.</li> <li>• Lei Municipal nº 2157 de 29/07/2014 - Cria e Institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Corupá - CMPC dispendo sobre as Diretrizes, composição e funcionamento deste Conselho.</li> <li>• Lei Complementar 076/18 de 14/12/2018 - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal de Amedio Ambiente.</li> </ul>
Cruz Machado (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 543, de 11/09/1995 - Dispõe sobre as ações de saneamento e vigilância sanitária e dá outras providências.</li> <li>• Lei Orgânica do município de Cruz Machado de 01/12/2008.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.146 de 06/10/2008 – Institui o Plano Diretor municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para ações de planejamento no município de Cruz Machado e dá outras providências.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.216 de 23/11/2009 – Dispõe sobre o Zoneamento, uso e ocupação do solo municipal do município de Cruz Machado, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.315 de 12/07/2011 – Lei do Código de posturas e meio ambiente de Cruz Machado.</li> <li>• Lei nº 1510, 24/08/2015 - Dispõe sobre a instituição de medidas permanentes de combate e prevenção à dengue, procedimentos de controle da doença e seus vetores e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1090 de 04/12/2016 - Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Paulo Frontin, e dá outras providências.</li> </ul>
Jaraguá do Sul (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Municipal nº 1.766 de 09/12/1993 – Institui o código de zoneamento de uso e ocupação do solo e dá outras providências.</li> <li>• Lei Orgânica do município de Jaraguá do Sul de 16/09/2005.</li> <li>• Lei nº 6529/2012 - aprova o plano municipal de saneamento básico, instrumento da política municipal de saneamento básico, e dá outras providências.</li> <li>• LEI nº 6815/2013 - altera a redação dos parágrafos 1º E 2º, DO artigo 27, e o parágrafo único, do artigo 32, da lei municipal Nº 1.854/1994, de 29 de junho de 1994, alterada pelas leis municipais Nº S 4.711/2007, de 11 de julho de 2007, e 5.082/2008, de 15 de outubro de 2008, que dispõem sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, artístico e natural do município de Jaraguá do Sul.</li> <li>• Lei nº 7.451/2017 - Altera Dispositivos da Lei Municipal Nº 5.085/2008, de 02/10/2008, alterada pelas Leis Municipais Nº s 6.963/2014, de 21/11/2014, e 7.205/2016, de 29/03/2016, que dispõem sobre a Política Municipal de Saneamento Básico.</li> <li>• Lei nº 7.483/2017 - Revisa, Atualiza e Consolida os Planos Setoriais de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos que integram o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), aprovado pela Lei Municipal Nº 6.529/2012, de 20/11/2012</li> <li>• Lei Complementar nº 219/2018 – Dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor de Organização Físico Territorial de Jaraguá do Sul e dá outras providências.</li> <li>• Decreto Municipal nº 12.654 de 08/03/2019 – Dispões sobre a Constituição e o funcionamento do COMCIDADE – Conselho Municipal da Cidade de Jaraguá do Sul e dá outras providências.</li> </ul>
Joinville (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto Estadual nº 22.768, de 16/07/1984 - Cria a Estação Ecológica do Bracinho, unidade de conservação da natureza de proteção integral, localizada parcialmente no Município de Joinville (SC).</li> <li>• Lei Orgânica do município de Joinville de 02/04/1990.</li> <li>• Lei Complementar nº 7/1993 - estabelece normas de proteção e conservação da saúde no município, estabelece penalidades e dá outras providências.</li> <li>• Lei Complementar nº 29, de 14 de junho de 1996 - Institui o Código Municipal do Meio Ambiente.</li> <li>• Decreto Municipal nº 8055 de 04/04/1997 - Cria a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada "Serra Dona Francisca", situada na bio-região dos mananciais de Joinville SC.</li> </ul>

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Complementar nº 84, de 12 de janeiro de 2000 - institui o código de posturas do município de Joinville e dá outras providências.</li> <li>• LEI nº 5712, de 19 de dezembro de 2006 - dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMMAM e dá outras providências.</li> <li>• Lei Complementar nº 261 de 28/02/2008 – Dispõe sobre as Diretrizes Estratégicas e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Joinville e dá outras providências.</li> <li>• Decreto nº 27.849, de 03/11/2016 - Homologa o Tombamento de Bem Cultural.</li> <li>• Lei Complementar nº 470 de 09/01/2017 – Redefine e institui os Instrumentos de Controle Urbanístico e dá outras providências.</li> <li>• Decreto nº 32.052, de 21/06/2018 - Aprova o Regimento Interno da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville.</li> <li>• Decreto nº 32.246, de 10/06/2018 - Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Joinville e dá outras providências.</li> </ul>
Mafra (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Municipal nº 1.219 de 20/09/2982 – Regula o parcelamento da terra no município de Mafra.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.773 de 16/12/1991 – Dispõe sobre o Zoneamento de Uso do solo do perímetro urbano da sede do município e dá outras providências.</li> <li>• Lei Orgânica do município de Mafra de 05/04/1990.</li> <li>• Lei Complementar nº 18 de 22/12/2006 – Institui o Plano Diretor Participativo do município de Mafra, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Ordinária nº 4.183/2016 - altera dispositivos da Lei Nº. 2.105, de 28 de maio de 1996, que cria o Conselho Municipal De Defesa Do Meio Ambiente (COMDEMA), e dá outras providências.</li> <li>• Portaria Executiva nº 941/2017 de 02/10/2017 – Designa a Comissão de Meio Ambiente.</li> <li>• Decreto Executivo nº 4096/2018 de 20/02/2018 - Dispõe sobre a retomada dos serviços de saneamento básico no município de Mafra e dá outras providências.</li> </ul>
Mallet (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica do município de Mallet de 22/06/1990.</li> <li>• Decreto IAP nº 7.456, de 27/11/1990 - Declara como Áreas de Relevante Interesse Ecológico a ARIE de São Domingos em Roncador, ARIE da Cabeça, do Cachorro em Mallet, ARIE do Buriti em Pato Branco, ARIE da Serra do Tigre em Toledo (no município de Mallet, no estado do Paraná).</li> <li>• Decreto IAP/PR nº 4.264 de 21/11/1994 - Cria a Floresta Estadual de Santana Constituída Pelos Terrenos Rurais Situadas na Comarca de Mallet.</li> <li>• Lei nº 821/2007 - Cria o Conselho Municipal de Segurança- COMSEG e o Fundo Municipal de Segurança (FUNSEG) e dá outras providências.</li> <li>• Lei Nº 857/2008 - Reconhece a Comunidade Tradicional Ucraniana de Mallet e Conhecimentos Tradicionais Associados e dá outras providencias.</li> <li>• Lei Municipal nº 962 de 01/07/2009 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1003/2010 - Institui o Novo Código de Posturas do Município de Mallet e dá outras providências.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.118 de 2013 – Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo de Mallet.</li> <li>• Lei Municipal nº 1257/2015 - Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico de Mallet (PMSB).</li> <li>• Lei Municipal nº 1145/2013 SÚMULA: Aprova o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS do município de Mallet e dá outras providências.</li> </ul>
Paulo Frontin (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica do município de Paulo Frontin de 10/12/2007.</li> <li>• Lei Municipal nº 912 de 12/03/2013 – Aprova o Plano Diretor Municipal d Paulo Frontin e dá outras providências.</li> <li>• Lei Municipal nº 980 de 21/05/2014 – Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1090 de 07/12/2016 - Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Paulo Frontin, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Ordinária nº 1097/2017 - Altera dispositivos da Lei nº 1.090 de 07/12/2016, que criou o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Paulo Frontin, e dá outras providências.</li> </ul>

MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO
Pinhão (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica do município de Pinhão de 05/07/2006.</li> <li>• Lei nº 1294/2006 – Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo de Pinhão. Revoga disposições contrárias e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1807 de 30/08/2013 - Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1.848 de 25/04/2014 - dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) do Município de Pinhão, e dá outras providências</li> <li>• Lei Municipal nº 1.892 de 16/12/2014 – Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, a Política Municipal do Meio Ambiente e o Sistema Municipal do Meio ambiente, e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1.989 de 11/09/2017 - Institui o serviço público de coleta seletiva, reciclagem, reutilização, logística reversa e destino final dos resíduos secos, úmidos e contaminados urbanos e dá outras providências.</li> </ul>
Rio Negrinho (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 160, de 27/02/1981. Institui o Programa de Proteção ao Meio Ambiente do Município de Rio Negrinho.</li> <li>• Lei Orgânica do município de Rio Negrinho de 03/04/1990.</li> <li>• Lei Ordinária nº 1093 de 17/08/1998 - Cria a APA - Área de Proteção Ambiental do Rio dos Bugres e dá outras providências.</li> <li>• Decreto nº 7011, de 23/04/2001 - Cria a divisão de unidades de conservação e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 1447 de 04/06/2002 - Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Rio Negrinho e dá outras providências</li> <li>• Lei Complementar nº 35 de 10/10/2006 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Urbano e Rural do município de Rio Negrinho, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Complementar nº 74, de 16/10/2012 - Institui o Código de Edificações E Parcelamento do Solo do Município de Rio Negrinho.</li> </ul>
São Bento do Sul (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 266, de 24/11/ 1980 - institui o Programa de Proteção ao Meio Ambiente do Município de São Bento do Sul.</li> <li>• Lei Orgânica do município de São Bento do Sul de 05/04/1990.</li> <li>• Lei nº 246, de 14/08/1998 - cria a APA - Área de Proteção Ambiental do Rio Vermelho, revoga a Lei nº 696/96, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001 – Estatuto da cidade.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.675 de 10/10/2006 – Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado e participativo de São Bento do Sul.</li> <li>• Lei Municipal nº 1.681 de 10/10/2006 – Institui o novo Código de Zoneamento, o novo limite do perímetro urbano e da área de expansão urbana do município de São Bento do Sul, e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 2258, de 16/12/2008 - Institui a política municipal de meio ambiente do município de São Bento do Sul e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 2716, de 21/12/2010 - dispõe sobre o controle da poluição sonora e os limites máximos de intensidade da emissão de sons e ruídos e dá outras providências.</li> <li>• Portaria 167 - DOU 219 - 16/11/2001 - Reconhece a RPPN Ano Bom em São Bento do Sul.</li> <li>• Lei nº 3116, de 11/12/2012 - altera a Lei nº 1681 de 10 de outubro de 2006, que institui o novo código de zoneamento.</li> <li>• Lei nº 3493, de 02/04/2015 - altera a lei nº 3055, de 21/08/2012, que "estabelece a política municipal de saneamento básico de São Bento do Sul, e dá outras providências".</li> <li>• Portaria nº 95 - DOU 177 - 15/09/2014 - Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Pinheirinho 23, no município de São Bento do Sul.</li> <li>• Lei nº 3654, de 12/04/2016. altera a LEI nº 3629 de 28/12/2015 que aprova o Plano Municipal Integrado de Saneamento básico e a sua revisão e aperfeiçoamento.</li> <li>• Lei nº 3700, de 29/07/2016 - Altera as Leis nº 1678, de 10/10/2006 (código de parcelamento de solo), e nº 1681, de 10 de outubro de 2006 (código de zoneamento), e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 3901, de 02/05/2018 - altera a Lei nº 3865, de 14/12/2017, que dispõe sobre o tombamento e a preservação do patrimônio natural e cultural do município de São Bento do</li> </ul>



MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO
	<p>Sul, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de São Bento Do Sul, e dá outras disposições.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 4013, de 14/12/2018 - Dispõe sobre a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos e altera dispositivos da Lei Nº 140, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências.</li> </ul>
São Mateus do Sul (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica do município de São Mateus do Sul de 04/04/1990.</li> <li>• Lei Complementar nº 10 de 27/12/2004 – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.</li> <li>• Lei Complementar nº 26 de 01/12/2006 – Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São Mateus do Sul e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 2.456/2014 - Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.</li> </ul>
Schroeder (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 1438/2004 - Regula o parcelamento do solo no município de Schroeder.</li> <li>• Lei Complementar nº 31/2005 - Dispõe sobre ruídos urbanos e proteção do bem-estar e do sossego público.</li> <li>• Lei nº 1612/2007 - Dispõe sobre a alteração do artigo 15 - capítulo III - do zoneamento e uso do solo; artigos 48 e 49 - capítulo IV - da utilização dos lotes e do quadro i da lei Nº 1553/2006, que reestrutura o Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder e dá Outras Providências.</li> <li>• Lei Orgânica do município de Schroeder de 29/11/2010.</li> <li>• Lei Complementar nº 80 de 24/11/2009 – Reestrutura o Plano Diretor Físico-Territorial de Schroeder e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 2129/2015 - dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 2155/2015 - dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Schroeder e institui o fundo de proteção do patrimônio cultural de Schroeder.</li> <li>• Lei nº 2357/2018 - Altera dispositivos da Lei Nº 1438/2004, que regula o parcelamento do solo no município de Schroeder.</li> </ul>
Três Barras (SC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei Orgânica do município de Três Barras de 03/04/1990.</li> </ul>
União da Vitória (PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei nº 1780/1991 - Dispõe sobre a Lei de Zoneamento no Município de União da Vitória.</li> <li>• Lei nº 2679/1999 - Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Conservação Florestal (FUNDEFLO).</li> <li>• Lei nº 3.026/2002 - Altera a Lei Municipal Nº 1849/92 que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural do município de União da Vitória e dá outras providências.</li> <li>• Lei Orgânica do município de União da Vitória de 05/10/2010.</li> <li>• Lei nº 4242/2013 - Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB de União da Vitória.</li> <li>• Lei nº 4266/2013 - Institui Projeto de Meio Ambiente e Reciclagem.</li> <li>• Lei Municipal nº 4.510 de 16/06/2015 – Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente de União da Vitória (FMMUV) e dá outras providências.</li> <li>• Lei nº 4560, de 2/10/2015 - dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente no Município de União da Vitória e dá outras providências.</li> </ul>

### 3.4 A Legislação Técnica Aplicável ao Empreendimento

O empreendimento de transmissão de energia do porte da futura LT 525 kV Areia – Joinville Sul exige diversas legislações e normativas técnicas pertinentes à nível federal.

Quadro 3.4-1: Legislação técnica aplicável ao empreendimento.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Portaria nº 3.214	08/06/1978	Aprova as Normas Regulamentadoras (NR) do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
Federal	ABNT NBR 7095	30/12/1981	Fixa as condições exigíveis das ferragens eletrotécnicas, usadas em linhas aéreas de transmissão e subestações de alta e extra alta tensões. Atualizada em 1998.
Federal	ABNT NBR 7107	30/12/1981	Estabelece os requisitos para aceitação e recebimento de cupilhas para conchas de engates concha e bola. Atualizada em 1988.
Federal	ABNT NBR 5908	30/03/1982	Fixa as condições exigíveis para cordoalhas de sete fios de aço zincados utilizadas em cabos para-raios, para uso em linhas de transmissão de energia elétrica.
Federal	ABNT NBR 8449	30/04/1984	Estabelece critérios para o dimensionamento de cabos para-raios para linhas aéreas de transmissão e de subtransmissão de energia elétrica.
Federal	ABNT NBR 7181	30/12/1984	Prescreve o método para análise granulométrica de solos, realizada por peneiramento ou por combinação de sedimentação e peneiramento.
Federal	ABNT NBR 5422	03/1985	Fixa as condições básicas para o projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica com tensão máxima, valor eficaz fase-fase, acima de 38 kV e não superior a 800 kV, de modo a garantir níveis mínimos de segurança e limitar perturbações em instalações próximas.
Federal	ABNT NBR 9604	30/09/1986	Fixa as condições exigíveis para os procedimentos básicos na abertura de poço e trincheira bem como critérios de retirada de amostras deformadas e indeformadas de solo. Atualizada em 2016.
Federal	ABNT NBR 7109	30/06/1987	Padroniza as dimensões e as características mínimas exigíveis de unidades de isoladores de disco, classe b, com dialétricos de porcelana ou vidro temperado, para utilização em sistemas de corrente alternada, com tensão nominal maior que 1000 V e frequência menor que 100 Hz, para uso externo. Atualizada em 2009.
Federal	ABNT NBR 6123	30/06/1988	Fixa as condições exigíveis na consideração das forças devidas à ação estática e dinâmica do vento, para efeitos de cálculo de edificações.
Federal	ABNT NBR 5460	30/04/1992	Define termos relacionados com sistemas elétricos de potência, explorados por concessionários de serviços públicos de energia elétrica.
Federal	ABNT NBR 12235	30/04/1992	Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
Federal	ABNT NBR 7229	30/09/1993	Fixa as condições exigíveis para projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos, incluindo tratamento e disposição de afluentes e lodo sedimentado.
Federal	ABNT NBR 13133	30/05/1994	Fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico.
Federal	ABNT NBR 6502	30/09/1995	Define os termos relativos aos materiais da crosta terrestre, rochas e solos, para fins de engenharia geotécnica de fundações e obras de terra.
Federal	ABNT NBR 5349	28/02/1997	Especifica as características dos cabos nus de cobre mole, revestidos ou não, de seção circular, para fins elétricos.
Federal	ABNT NBR 9820	30/09/1997	Fixa as condições exigíveis para a coleta, acondicionamento e transporte de amostras indeformadas de solos de baixa consistência em furos de sondagem, para fins de engenharia geotécnica.
Federal	ABNT NBR 6484	28/02/2001	Prescreve o método de execução de sondagens de simples reconhecimento de solos, com SPT, cujas finalidades, para aplicações em engenharia civil.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	ABNT NBR 14653- 01:2001	30/04/2001	Fixa as diretrizes para avaliação de bens.
Federal	ABNT NBR 8813	30/12/2001	Prescreve o método de verificação do poder desaguante de protetivos temporários contra corrosão sobre superfícies de aço.
Federal	Lei Complementar nº 116	31/07/2003	Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.
Federal	ABNT NBR 14653- 3:2004	31/05/2004	Detalha as diretrizes e padrões específicos de procedimentos para a avaliação de imóveis rurais.
Federal	ABNT NBR 5410	30/09/2004	Estabelece as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens.
Federal	ABNT NBR ISSO 14.001	31/12/2004	Especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental
Federal	ABNT NBR 7276	29/07/2005	Fixa os critérios mínimos para sinalização de advertências em linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, doravante designadas linhas ou LT, relativos à sua segurança física e operacional, bem como à de terceiros.
Federal	ABNT NBR 6535	29/08/2005	Fixa os critérios mínimos para sinalização de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica (LT), com vistas à segurança da inspeção aérea.
Federal	ABNT NBR 15237	29/07/2005	Estabelece os requisitos mínimos para as esferas de sinalização diurna utilizadas nas linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, doravante denominadas linhas ou LT.
Federal	ABNT NBR 15421	30/10/2006	Fixa os requisitos exigíveis para verificação da segurança das estruturas usuais da construção civil relativamente às ações de sismos e os critérios de quantificação destas ações e das resistências a serem consideradas no projeto das estruturas de edificações, relativamente a estas ações, quaisquer que sejam sua classe e destino, salvo os casos previstos em Normas Brasileiras específicas.
Federal	ABNT NBR 15415	30/10/2006	Estabelece a metodologia de medição e níveis de referência para exposição a campos elétricos e magnéticos de 50 Hz e 60 Hz para o público geral, ao redor das instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de 1 kV.
Federal	ABNT NBR 5118	02/07/2007	Especifica os requisitos exigíveis para aceitação e/ou recebimento de fios de alumínio 1350 nus, de seção circular, para fins elétricos.
Federal	ABNT NBR 6756	02/07/2007	Especifica os requisitos exigíveis para aceitação e/ou recebimento de fios de aço zincados, utilizados na alma de cabos de alumínio e alumínio-liga
Federal	ABNT NBR 5356	17/12/2007	Específica sobre os transformadores de potência. Atualizada em 2010.
Federal	ABNT NBR 7271	13/02/2009	Fixa as condições exigíveis para a fabricação, qualificação, aceitação e/ou recebimento de cabos de alumínio nus (CA), empregados para linhas elétricas aéreas.
Federal	ABNT NBR 6122	20/09/2010	Estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todas as estruturas da engenharia civil.
Federal	ABNT NBR 6547	21/10/2010	Define os termos relacionados a ferragens utilizadas em linhas aéreas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.
Federal	ABNT NBR 14.653-2:2011	03/02/2011	Fornecer os procedimentos para a avaliação de imóveis urbanos.
Federal	ABNT NBR 7108	15/09/2011	Vínculos de ferragens integrantes de isoladores de cadeia – padronização.
Federal	ABNT NBR 8451	07/12/2011	Estabelece os requisitos para a fabricação, ensaios, recebimento, manuseio, armazenagem e transporte de postes de concreto armado e protendido, de seção circular, quadrada, retangular ou duplo T, destinados ao suporte de redes aéreas urbanas e rurais de distribuição de energia elétrica, ornamentais e de iluminação, e ramais de ligação de até 1 kV.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	ABNT NBR 5472	25/07/2012	Define termos relacionados a isoladores para sistemas de potência, não sendo necessariamente aplicável a isoladores destinados a outras finalidades.
Federal	ABNT NBR 8985-1	21/03/2013	Especifica os requisitos de iluminação para locais de trabalho internos e os requisitos para que as pessoas desempenhem tarefas visuais de maneira eficiente, com conforto e segurança durante todo o período de trabalho.
Federal	ABNT NBR 9893	27/02/2014	Aplica-se a cupilhas para pinos e parafusos de articulação, utilizados em isoladores ou em ferragens para redes aéreas de distribuição e linhas de transmissão de energia elétrica.
Federal	ABNT NBR 6118	29/04/2014	Estabelece os requisitos básicos exigíveis para o projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluídas aquelas em que se empregam concreto leve, pesado ou outros especiais.
Federal	ABNT NBR 5032	15/10/2014	Especifica os isoladores para linhas aéreas com tensões acima de 1000 V; isoladores de porcelana ou vidro para linhas aéreas e subestações de alta.
Federal	ABNT NBR 8664	13/01/2015	Estabelece os requisitos para sinalização de identificação de linha aérea de transmissão de energia elétrica, bem como, quando necessário, da sua faixa e/ou de seus acessos.
Federal	ABNT NBR 5681	27/10/2015	Estabelece os requisitos mínimos para o procedimento de controle tecnológico da execução de aterros em obras de construção de edificações residenciais, comerciais ou industriais de propriedade pública ou privada.
Federal	ABNT NBR 7180	30/03/2016	Especifica o método para a determinação do limite de plasticidade e para o cálculo do índice de plasticidade dos solos.
Federal	ABNT NBR 7182	29/09/2016	Especifica um método para determinação da relação entre o teor de umidade e a massa específica aparente seca de solos, quando compactados, de acordo com os procedimentos especificados.
Federal	Decreto-Lei nº 3.365	21/06/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
Federal	Decreto nº 35.851	16/07/1954	Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas (Decreto nº 26.643, de 10/07/1934).
Federal	Decreto nº 83.399	03/05/1979	Regulamenta o Capítulo III do Título IV do Código Brasileiro do Ar (Zonas de Proteção de Aeródromos, de Helipontos e de Auxílios à Navegação Aérea).
Federal	Decreto nº 84.398	16/01/1980	Dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de rodovias e terrenos de domínio público e travessias de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.
Federal	Decreto nº 86.859	19/01/1982	Altera o Decreto no 84.938 de 16/01/1980, que dispõe sobre ocupação de faixas de domínio de vias de transporte e de terrenos de domínio público, e a travessia de vias de transporte, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 1.717	24/11/1995	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei 9.074/95.
Federal	Decreto nº 2.335	06/10/1997	Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica *ANEEL). Alterado pelo Decreto 2.364/97.
Federal	Decreto nº 2.364	05/11/1997	Altera o Decreto 2.335/97, que constitui a ANEEL.
Federal	Decreto nº 2.335	06/11/1997	Regulamenta as competências da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Federal	Decreto nº 4.541	23/12/2002	Regulamenta os Arts. 3º, 13, 17 e 23 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFPA) e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Decreto nº 5.081	14/05/2004	Regulamenta os Arts. 13 e 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e o art. 23 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que tratam do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
Federal	Decreto nº 5.163	30/07/2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. Alterado pelos Decretos 5.249/04, 5.271/04, 5.597/05, 5.911/06, 6.048/07, 6.210/07, 6.353/08, 7.129/10, 7.317/10 e 7.521/11.
Federal	Decreto nº 5.177	12/08/2004	Regulamenta os Arts. 4º e 5º da Lei 10.848/04, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Alterado pelo Decreto 6.353/08.
Federal	Lei nº 10.954	29/09/2004	Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º-A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.
Federal	Decreto nº 5.249	20/10/2004	Dá nova redação ao inciso XI do § 2º do art. 1º do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 5.271	16/11/2004	Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 5.597	28/11/2005	Regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Altera o § 8º do art. 71 do Decreto 5.163/04.
Federal	Decreto nº 5.911	27/09/2006	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que trata o art. 17 da Lei 10.848/04. Altera o Decreto 5.163/04. Alterado pelo Decreto 7.317/10.
Federal	Decreto nº 6.048	27/02/2007	Altera os Arts. 11, 19, 27, 34 e 36 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 6.160	20/07/2007	Regulamenta os §§ 1º e 2º do Art. 23 da Lei 9.074/95, com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 6.210	18/09/2007	Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 6.353	16/01/2008	Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o § 3º do art. 3º-A Lei 10.848/04, altera o art. 44 do Decreto 5.163/04 e o art. 2º do Decreto 5.177/04.
Federal	Decreto nº 7.129	11/03/2010	Dá nova redação ao art. 54 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Decreto nº 7.246	28/07/2010	Regulamenta a Lei 12.111/09, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN. Alterado pelo Decreto 7.355/10.
Federal	Decreto nº 7.317	28/09/2010	Dá nova redação aos Arts. 3º, 18, 24 e 27 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outra providência.
Federal	Decreto nº 7.355	05/11/2010	Acresce dispositivo ao Decreto 7.246/10, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.



ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Decreto nº 7.521	08/07/2011	Dá nova redação aos Arts. 24, 36 e 40 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.
Federal	Decreto nº 7.805	14/09/2012	Regulamenta a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.
Federal	Decreto nº 7.891	23/01/2013	Regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013.
Federal	Decreto nº 8.213	21/03/2014	Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
Federal	Lei nº 8.987	13/02/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Alterada pela Lei 9.074/95
Federal	Lei nº 9.074	07/07/1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. Altera a Lei 8.987/95. Alterada pelas Leis 9.648/98 e 10.848/04. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 6.160/07.
Federal	Lei nº 9.427	26/12/1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Alterada pelas Leis 9.648/98, 10.438/02, 10.848/04 e 12.111/09.
Federal	Lei nº 9.427	26/12/1996	Regula e fiscaliza a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica
Federal	Lei nº 9.648	27/05/1998	Altera dispositivos das Leis 9.074/95 e 9.427/96 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias. Alterada pelas Leis 10.438/02, 10.848/04 e 12.111/09.
Federal	Lei nº 10.438	26/04/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica e dá nova redação às Leis 9.427/96, 9.648/98 e 10.848/04.
Federal	Lei nº 10.848	15/03/2004	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Altera as Leis 9.074/95, 9.427/96, 9.648/98 e 10.438/02. Alterada pela Lei 12.111/09.
Federal	Lei nº 11.934	05/05/2009	Dispõe sobre a exposição humana a campos elétricos e magnéticos.
Federal	Lei nº 12.111	09/12/2009	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis 9.074/95, 9.427/96, e 10.848/04; revoga dispositivos da Lei 9.648/98. Regulamentada pelo Decreto 7.246/10.
Federal	Lei nº 12.783	11/01/2013	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26/04/2002, 12.111, de 09/12/2009, 9.648, de 27/05/1998, 9.427, de 26/12/1996, e 10.848, de 15/03/2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 04/03/1993.
Federal	Resolução ANEEL nº 265	110/06/2003	Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.
Federal	Resolução ANEEL nº 351	11/11/1998	Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.
Federal	Resolução ANEEL nº 112	18/05/1999	Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.

ESFERA	INSTRUMENTO	DATA	LEGISLAÇÃO
Federal	Resolução ANEEL nº 281	01/10/1999	Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendido o uso e a conexão, sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
Federal	Resolução ANEEL nº 066	22/02/2001	Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
Federal	Resolução ANEEL nº 249	06/05/2002	Estabelece critérios e procedimentos para a definição de encargos tarifários relativos à aquisição de energia elétrica e à contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) e dá outras providências.
Federal	Resolução ANEEL nº 259	09/06/2003	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados, e revoga o Art. 21 da Resolução ANEEL 395/98.
Federal	Resolução ANEEL nº 022	12/12/2006	Estabelece as condições para transferência de tecnologia, assistência técnica e prestação de sua forma contínua e regular, entre agentes do setor de energia elétrica e integrantes do seu grupo controlador.
Federal	Resolução ANEEL nº 247	21/12/2006	Altera as condições gerais da prestação de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão (CPST), Contratos de Uso de Sistemas e Transmissão (CUST) e dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCST) vinculadas à celebração dos Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica.
Federal	Resolução ANEEL nº 279	11/09/2007	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados. Alterada pela Resolução Normativa ANEEL 486/12.
Federal	Resolução ANEEL nº 398	23/03/2010	Regulamenta a Lei nº 11.934, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Federal	Resolução ANEEL nº 020	18/06/2010	Aprova o Manual de Procedimentos da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) Revisão.
Federal	Resolução ANEEL nº 486	08/05/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 279/07.
Federal	Resolução ANEEL nº 616	23/03/2014	Estabelece disposições relativas à contratação de auditoria para os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica